

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Rodrigo Pacheco entra no TCU de olho no Supremo

O ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) teve sua indicação para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovada pela Câmara nesta quarta-feira, 2. No dia anterior, a indicação foi aprovada pelos senadores. Ele tomará posse do novo cargo após as eleições, mas não pretende se afastar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O senador ainda sonha assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF).

Terá mais chances se o presidente Lula for reeleito e uma chance maior ainda se também for reeleito para o comando do Senado o seu parceiro e atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). O mandatário do Senado foi seu principal cabo eleitoral.

Davi Alcolumbre chegou a comprar uma briga com o presidente da República porque Lula não indicou Pacheco para ministro do STF neste ano. Em seu lugar, o escolhido foi Jorge Messias, cuja indicação o Senado acabou derrubando sob a batuta de Alcolumbre.

Foram três meses de rompimento entre os chefes do Executivo e do Judiciário que só chegaram ao fim porque Lula precisou do presidente do Senado para acelerar a tramitação de cinco pautas prioritárias para o governo durante o esforço concentrado do Congresso nesta semana.

Até esta terça-feira, 2, o Senado já havia aprovado em plenário o projeto que cria incen-

tivos fiscais para estimular a instalação de data centers no Brasil (Redata), enviado para sanção presidencial, e a Medida Provisória que zerou a chamada Taxa das Blusinhas, além do projeto de criação da Política Nacional de Minerais Críticos. Três das cinco prioridades. Na Comissão de Constituição e Justiça, foram aprovadas a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala de trabalho 6x1, enviada para votação em plenário, e o texto base da PEC da Segurança Pública.

As votações, que se estenderão até esta quinta-feira, 3, selam as pazes definitivamente entre Alcolumbre e Lula, se não houver nenhum percalço. Caso o presidente da República seja reeleito, a expectativa é de que terá um convívio tranquilo com o presidente do Senado. Lula terá direito de indicar quatro ministros para o STF em seu eventual próximo governo, o que significa que Pacheco terá boas chances de ser um dos indicados. E o presidente da República ainda poderá novamente submeter o nome de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal.

Rodrigo Pacheco tem dito a interlocutores que não tem pressa. Após tomar posse no TCU, ele pretende ficar até três anos no cargo, podendo ser um dos últimos indicados no futuro governo.

É o chamado jogo do ganha-ganha. Sai beneficiado o presidente da República, por ter um aliado ainda com alguma participação nas eleições deste ano em Minas Gerais e, depois no TCU, um ministro simpático ao Palácio do Planalto. Ganha o presidente do Senado, por ter um amigo fiel agora no TCU e, provavelmente, depois no STF. E ganha o próprio Pacheco, que se torna peça-chave da relação entre Executivo e Legislativo.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Mendonça, justiça e política

A pouco mais de um mês da eleição, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, colocou em risco uma investigação sobre fatos graves atribuídos, principalmente, a Alexandre de Moraes. A eventual declaração de nulidade do relatório encomendado à Polícia Federal e, no limite, das investigações, não eliminará, porém, suas consequências políticas e eleitorais.

Ao determinar, no dia 24, que a PF, em 72 horas, detalhasse fatos que inevitavelmente registrariam suspeitas sobre Moraes, Mendonça sabia da possibilidade de descarte futuro das evidências coletadas: o suposto envolvimento de Moraes no caso é de conhecimento público desde dezembro. Detalhes estavam disponíveis no gabinete do próprio relator do caso Master no STF.

Para que não houvesse qualquer dúvida da PF em citar todos os nomes que encontrasse, Mendonça, no mandado, ressaltou a necessidade de identificação dos citados na investigação, mesmo eventuais detentores de foro por prerrogativa de função.

Ao justificar sua medida, o ministro também destacou a necessidade de identificação dos integrantes “da suposta rede de influência e monitoramento” que seria gerenciada pelo ex-banqueiro Daniel Vercaro.

Os agentes federais que assinam a Informação requisitada por Mendonça frisam, no texto, ter sido feita “análise de possíveis interações entre DANIEL BUENO VORCARO e contato sal-

vo em seu aparelho celular como ‘Alexandre de Moraes BRASILIA’”. Prosseguem: “Para tanto, foram realizadas pesquisas no material por termos associados ao interlocutor”.

O parágrafo seguinte cita que “no estrito cumprimento da decisão exarada” por Mendonça, “foram trazidas também interações entre DANIEL VORCARO e outros interlocutores, mas que faziam referência a episódios ‘envolvendo’ a figura de ‘Alexandre de Moraes BRASILIA’”. Cinco dias depois de receber a Informação, o ministro retirou o sigilo do caso.

Citado no documento como beneficiário de favores de Vercaro, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, não se constrangeu ao respondê-lo e a requisitar a declaração de nulidade do relatório.

Por mais que tenha agido como advogado de si mesmo, Gonet sabe que seu pedido não é absurdo ou inédito: o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) não foi absolvido no caso das suspeitas de rachadinhas, as provas obtidas pelo Ministério Público foram anuladas porque, segundo a Justiça, houve violação de prerrogativa de foro. O mesmo motivo fez com que o ministro Gilmar Mendes desconsiderasse e mandasse destruir evidências contra o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

De maneira aparentemente contraditória, o gesto de Mendonça é capaz de favorecer Moraes e Gonet que, graças ao relator, ganharam a possibilidade até de escapar de punições judiciais. A disputa eleitoral, porém, dispensa sentenças, ainda mais em um caso que envolve Moraes, principal foco de campanhas de candidatos ao Senado que têm como bandeira a facilitação de impeachment de ministros do STF.

EDITORIAL

Os novos impostos facilitarão a vida do consumidor?

A nova legislação tributária brasileira promete simplificar um sistema reconhecidamente complexo, mas sua verdadeira prova de sucesso estará longe dos gabinetes de Brasília: será sentida no bolso do consumidor. A criação e a unificação de tributos representam uma mudança estrutural importante, porém não garantem, por si só, que produtos e serviços ficarão mais baratos ou que a carga tributária diminuirá.

Para os governos, os ganhos são evidentes. A União, os estados e os municípios passam a operar dentro de um modelo mais integrado, com regras padronizadas e maior transparência sobre a arrecadação. A substituição de diversos tributos por novos impostos sobre o consumo tende a reduzir distorções, facilitar a fiscalização e dificultar práticas de sonegação. Em tese, o resultado pode ser uma máquina tributária mais eficiente e uma arrecadação mais previsível.

Estados e municípios também ganham com a reorganização da distribuição das receitas. A mudança busca reduzir disputas fiscais e tornar mais racional a repartição dos recursos. Para o poder público, portanto, a reforma oferece a oportunidade de arrecadar melhor, fiscalizar mais e administrar com maior previsibilidade.

O consumidor, contudo, não pode ser tratado apenas como fonte de receita. A transição para o novo sistema poderá produzir impactos diferentes conforme o setor, a região e o tipo de produto ou serviço. Algumas empresas poderão reduzir custos administrativos e repassar parte dessa economia aos preços. Outras enfrentarão aumento da tributação e poderão transferir esse custo para o consumidor.

É justamente aí que reside a questão central: simplificar a cobrança não significa necessariamente pagar menos impostos. Se a eficiência arrecadatória aumentar sem que haja compromisso efetivo com a redução de desperdícios e com a qualidade dos serviços públicos, o cidadão poderá apenas trocar um sistema complicado por uma conta mais transparente — e igualmente pesada.

A reforma tributária deve ser julgada, portanto, não apenas pela capacidade de arrecadar, mas por sua capacidade de tornar o sistema mais justo. Se União, estados e municípios terão ganhos de eficiência e previsibilidade, é razoável exigir que parte desses benefícios chegue ao consumidor na forma de preços mais equilibrados, serviços públicos melhores e menor peso tributário ao longo do tempo.

No fim, a modernização do sistema só terá sentido se o brasileiro perceber que a reforma não serviu apenas para facilitar a vida de quem cobra impostos, mas também para melhorar a vida de quem os paga.

OPINIÃO DO LEITOR

Covardes

Uma criança torcedora do Corinthians foi vítima da fúria e estupidez de canalhas e covardes torcedores do “time do povo”, porque pediu e ganhou uma camisa do craque Neymar. A intolerância estarrece e preocupa.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal